



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

ARQUITETURA E URBANISMO

CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO E ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO
Casa De Passagem para Famílias em Situação de Rua em Foz Do Iguaçu - PR

PEDRO VICTOR PLACIDES MACHADO SILVA

Foz do Iguaçu - PR
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)
ARQUITETURA E URBANISMO**

CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO E ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO
Casa De Passagem para Famílias em Situação de Rua em Foz Do Iguaçu - PR

PEDRO VICTOR PLACIDES MACHADO SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Marcos Eduardo Vitorino da Silva

Foz do Iguaçu
2021

PEDRO VICTOR PLACIDES MACHADO SILVA

CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO E ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO
Casa De Passagem para Famílias em Situação de Rua em Foz Do Iguaçu - PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Marcos Eduardo Vitorino da Silva
UNILA

Prof. Dr. Egon Vettorazzi
UNILA

Prof. Me. Marcos Vinicius Böhmer Britto
UNILA

Foz do Iguaçu, 08 de outubro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram e contribuíram durante essa etapa de minha vida. Em especial, aos meus pais e família, pela confiança e fé que sempre depositaram em mim. Ao meu orientador e professor que me acompanhou durante boa parte de minha graduação, Marcos, por quem tenho profundo carinho e admiração. Aos bons e velhos amigos como Diego, Denise, Lucca, Mateus e Vinícius, que ao longo dos anos sempre estiveram dispostos a me auxiliarem no que fosse preciso. Aos novos amigos como Gustavo e Thaís, cujo apoio foi essencial para a conclusão desta pesquisa. À infinita paciência e dedicação de Matteus, que sempre se esforçou para me incentivar a seguir em frente e, é claro, aos meus amados filhos, Aurora e Leo. Aproveito a oportunidade para estender minha gratidão aos meus antigos colegas de turma, principalmente a de 2014, que me acolheu durante meu regresso; e a todos professores excepcionalmente atenciosos do CAU UNILA, por todo aprendizado e convívio durante tantos anos.

"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

BRASIL. Constituição Federal (1988). Art. 6º, Emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000

SILVA, Pedro Victor Placides Machado. **Centro De Ressocialização e Acolhimento Temporário: Casa De Passagem para Famílias em Situação de Rua em Foz Do Iguaçu - PR.** Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa busca entender a população em situação de rua em Foz do Iguaçu nos anos de 2020/2021. Procura-se conhecer quem são, quais suas características comuns e principalmente suas necessidades, informações que permitirão a elaboração de um projeto arquitetônico de uma Casa De Passagem, especificamente para famílias, baseado na realidade local, objetivo deste trabalho. Para traçar este perfil, trabalhou-se a origem da população em situação de rua, seus direitos e como são afetados pela pandemia do Corona Vírus (COVID-19), que ocorre desde o ano de 2019 até o presente momento desta pesquisa. Já para o projeto, analisaram-se as propostas existentes, tais como Centros POP e Casa de Assistência (também conhecida como Casa De Passagem). Como fontes tem-se o último censo, de 2020, realizado em Foz do Iguaçu e também um banco de dados nacional para comparação, além d'A Política Nacional para a População em Situação de Rua. Entende-se que o fenômeno é complexo e exige respostas em múltiplos níveis.

Palavras-chave: Arquitetura, Pessoas em Situação de Rua, Casa De Passagem, Políticas Públicas, Abrigo Temporário.

SILVA, Pedro Victor Placides Machado. **Centro De Ressocialização e Acolhimento Temporário: Casa De Passagem para Famílias em Situação de Rua em Foz Do Iguaçu - PR.** Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

This research seeks to understand the homeless population in Foz do Iguaçu in the years 2020/2021. Discover who they are, what are their common characteristics and especially their needs and with this information based on the local reality, propose an architectural project for a temporary shelter, specifically for families living on the streets. To draw this profile, the origin of the homeless population, their rights and how they are affected by the Corona Virus pandemic (COVID-19), which occurs from 2019 to the present time of this research, was studied. As for the project, existing proposals were analyzed, such as POP Centers and Assistance Centers. The sources used were the last census, from 2020, carried out in Foz do Iguaçu and also a national database for comparison, in addition to the National Policy for the Homeless Population. It is understood that the phenomenon is complex and requires responses at multiple levels.

Key words: Architecture, Population in Street Situation, Temporary House, Public Policies, Temporary Shelter.

SILVA, Pedro Victor Placides Machado. **Centro De Ressocialização e Acolhimento Temporário: Casa De Passagem para Famílias em Situação de Rua em Foz Do Iguaçu - PR.** Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMEN

Esta investigación busca comprender la población en situación de calle en Foz do Iguaçu en los años 2020/2021. Se busca conocer quiénes son, cuáles son sus características comunes y sobre todo sus necesidades, información que permitirá el desarrollo de un proyecto arquitectónico para una Casa de Pasaje, específicamente para familias, en base a la realidad local, objetivo de esta obra. Para trazar este perfil se estudió el origen de la población sin hogar, sus derechos y cómo se ven afectados por la pandemia del Virus Corona (COVID-19), que ocurre desde 2019 hasta la actualidad de esta investigación. En cuanto al proyecto, se analizaron propuestas existentes, como Centros POP y Centros Asistenciales. Las fuentes incluyen el último censo, de 2020, realizado en Foz do Iguaçu y también una base de datos nacional de comparación, además de la Política Nacional para la Población sin Hogar. Se entiende que el fenómeno es complejo y requiere respuestas en múltiples niveles.

Palabras clave: Arquitectura, Población en situación de calle, Albergue Temporal, Políticas Públicas, Refugio Temporal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráficos do dia a dia de uma pessoa em situação de rua.	26
Figura 2 - Área destinada para alguns dos quartos.	32
Figura 3 - Área destinada para realização das refeições.	33
Figura 4 - Salas de administração.	34
Figura 5 - Esquema de setorização.	34
Figura 6 - Requisitos mínimos para funcionamento de Casa De Passagem	37
Figura 7 - Pessoa em situação de rua acampando no terreno	35
Figura 8 - Área de intervenção.	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre o dimensionamento do volume de pessoas em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do Centro POP durante os anos de 2018 e 2019.....	28
Tabela 2 - Dimensionamento do volume de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único no ano de 2019.....	29
Tabela 3 - Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do Centro POP durante o ano de 2019.....	30
Tabela 4 - Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da Casa De Passagem I (Mão Amiga). Casa De Passagem no município de Foz do Iguaçu responsável pelo acolhimento de famílias.....	31
Tabela 5 - Programa de necessidades.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Delimitação de Estudo e Pesquisa.....	12
1.1.1 Eixo.....	12
1.1.2 Tema.....	12
1.1.3 Problema.....	12
1.2 Apresentação e Justificativa.....	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.2 Objetivos Específicos.....	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3.1 Conceitos Fundamentais.....	15
3.1.1 A Origem da população em situação de rua.....	15
3.1.2 Por quê utilizar “população em situação de rua”?.....	16
3.1.3 O que define e caracteriza a população em situação de rua.....	17
3.1.4 Os Centros de Acolhimento para população em situação de rua.....	19
4 METODOLOGIA	21
4.1 Revisão Bibliográfica.....	21
4.1.1 Quais políticas públicas já existem a nível nacional?.....	21
4.1.2 Normativas sobre a população em situação de rua.....	22
4.1.3 Normas que orientam os centros no acolhimento de adultos e famílias ..	23
4.2 Análises e Diagnósticos.....	24
4.2.1 Situação a nível Brasil.....	24
4.2.2 Situação em Foz do Iguaçu.....	26
4.2.3 Visita de campo.....	32
5 PROPOSTA DE PROJETO	35
5.1 Área de Intervenção.....	35
5.2 Programa de Necessidades.....	37
5.3 Descrição dos Espaços.....	39
5.3.1 Pavimento -1.....	39
5.3.2 Pavimento 0.....	40

5.3.3 Pavimento 1	42
5.3.4 Pavimento 2	43
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45
Referências Bibliográficas.....	45

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DE ESTUDO E PESQUISA

1.1.1 Eixo

Ateliê de Projeto

1.1.2 Tema

Projeto arquitetônico de um abrigo de acolhimento temporário, também conhecido como Casa De Passagem, para Famílias em Situação de Rua no município de Foz Do Iguaçu – PR.

1.1.3 Problema

Os atuais centros de acolhimento da cidade de Foz do Iguaçu - PR, estão instaladas em espaços adaptados, que não foram projetados originalmente para este fim, de modo que não conseguem atender a todo programa de necessidades de seus usuários. Como um projeto arquitetônico criado especificamente para esta parcela da população poderia impactar positivamente na qualidade de vida, abrangência dos serviços prestados e reintegração deste grupo de pessoas na sociedade?

1.2 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Diversos desafios de caráter social marcam a história de nosso país. A dificuldade de acesso à moradia é um tema delicado e recorrente no cotidiano brasileiro. Muitas pessoas vivem em acomodações irregulares ou que não suprem todas as necessidades de seus ocupantes. Ainda tantas outras não possuem uma residência para retornar e passam a ocupar espaços públicos como seu lar.

As circunstâncias que levam um indivíduo à situação de rua são diversas e complexas. Cada caso deve ser tratado com atenção e de modo individual. Problemas com abuso de álcool, drogas, dívidas financeiras e discordâncias familiares destacam-se como as razões mais citadas nos censos e pesquisas realizadas. Mas não devemos ignorar que fatores mentais e emocionais como complicações psicológicas, medo e abandono, que também estão presentes com certa frequência. Vale citar que, ainda que menor percentual, existem aqueles que optam por vivenciar a rua por escolha própria.

Uma vez em situação de rua, essas pessoas passam a serem ignoradas pela sociedade e pelo mercado de trabalho formal, ficando rapidamente sujeitas a condições de pobreza extremas, baixa autoestima e se tornam alvo fácil de perigos constantes como violência física e abusos. Com o passar do tempo, isso torna a possibilidade de saída dessa condição cada vez mais difícil, especialmente sem ajuda.

No Brasil, existem organizações filantrópicas, religiosas, de iniciativa popular e programas sociais que visam ajudar a população em situação de rua. Dentro dos programas sociais públicos fornecidos pelo governo, podemos citar os Centros POP e as Casas de Passagem.

Os Centros POP visam o acolhimento temporário diurno, onde o indivíduo receberá refeição, espaço para se banhar e descansar. Enquanto as Casas de Passagem podem funcionar de duas maneiras: oferecendo alimentação e alojamento temporário exclusivamente durante o período noturno, quando o acolhido deve partir pela manhã ou fornecendo moradia fixa temporária por um determinado período de tempo.

Em ambos os casos, além de suprirem as necessidades básicas, tanto o Centro POP quanto a Casa De Passagem buscam fornecer suporte para auxiliar a reinserção dessas pessoas à sociedade através de cursos e programas - ora ofertados por iniciativa pública, ora por voluntários - e acompanhamento com psicólogos e assistentes sociais. As Casas de Passagem são divididas em diferentes grupos: uma para atendimento feminino, uma para atendimento masculino e uma para famílias.

As instalações das Casas de Passagem variam de acordo com o município onde estão funcionando, mas de modo geral, são alocadas em edifícios de poder público que estejam desativados ou ociosos. Apesar das adaptações, em muitos casos, estes espaços não são adequados. Normalmente não possuem ambientes que condizem com a ocupação esperada e raramente apresentam áreas para lazer e descanso satisfatórios.

Considerando que o bem-estar social é um dos papéis fundamentais empenhados por arquitetos, paisagistas e urbanistas, este Trabalho De Conclusão De Curso tem como um de seus objetivos a elaboração de um projeto arquitetônico de uma Casa De Passagem voltada para famílias.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar anteprojeto arquitetônico de uma Casa De Passagem no município de Foz do Iguaçu, com características acolhedoras e capaz de auxiliar a reinserção na sociedade e atender as necessidades das famílias que se encontram em situação de rua.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 2.2.1 Estudar os dados da população em situação de rua no Brasil nos últimos anos
- 2.2.2 Apresentar as principais diretrizes e políticas públicas voltadas a esta população
- 2.2.3 Contextualizar o perfil da população em situação de rua no município de Foz do Iguaçu
- 2.2.4 Elaborar projeto arquitetônico capaz de acolher até 50 usuários simultaneamente
- 2.2.5 Propor espaços adequados para moradia temporária, convívio e lazer

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

3.1.1 A Origem da população em situação de rua

Embora seja algo que aconteça desde os tempos antigos, como podemos ver na história de Diógenes, citada por Ogg (2014, p. 33), em que o filósofo grego optou pela situação de rua para compreender mais acerca do ser humano. E também na Idade Média com Itinerantes vivendo de favores próximos aos burgos, o fenômeno massivo da situação de rua como conhecemos na atualidade é fruto do capitalismo.

A origem da população em situação de rua se dá logo com o surgimento das primeiras cidades. Suas causas envolvem tanto fatores sociais, históricos e econômicos, como também individuais e pessoais. No primeiro campo cita-se a desigualdade social e o êxodo rural, um grande processo em que a população foi “despossuída” de suas terras e por consequência de sua moradia e forma de subsistência.

Como mostra Bursztyjn (2003), citado por Cabanha e Rodrigues (2020, p. 19), já não era interessante neste novo sistema capitalista a manutenção, por parte dos senhores, de quem nada possuía. Isto resultou em falta de comida, habitação e trabalho nas cidades que ninguém estava disposto a solucionar antigamente.

Nos dias atuais, principalmente com o advento da pandemia do COVID-19, o desemprego se torna um fator ainda mais elevado e digno de nota, tal como a precarização das relações de trabalho. Segundo Cabanha e Rodrigues (2020), tal fenômeno é intensificado pela globalização, mostrando que ela possui facetas que são negativas e que amplifica uma série de desigualdades sociais. Queiroz (2009), citado por Ogg (2014, p. 33-34), complementa que a quebra dos direitos trabalhistas e o enfraquecimento dos sindicatos têm um papel significativo para a situação atual.

Ou seja, entende-se que a situação de rua está diretamente ligada ao capitalismo e é intensificada com os fenômenos da globalização e do avanço dos empregos informais e mal remunerados, principalmente na parcela mais pobre da população, juntamente ao enfraquecimento da estabilidade de renda, poder de aquisição e faturamento suficiente para manutenção de sua subsistência. Infelizmente, o mesmo desenvolvimento que gera riqueza e melhora a tecnologia também está por trás de processos de empobrecimento extremo por sua natureza expansiva e desequilibrada.

Na área dos motivos pessoais para uma pessoa estar em situação de rua, encontram-se razões como desavenças familiares, discriminação devido a orientação sexual, racismo, problemas psicológicos ou até mesmo com álcool e drogas (CRUZ 2018, pg 3). Alguns indivíduos, por exemplo, decidem se sujeitarem à situação de rua por acreditarem na liberdade que esta proporcionaria.

Por fim, é necessário a compreensão de que muitas vezes o motivo não é único, ou seja, é uma junção de fatores citados acima que leva a situação de rua. O processo, como explicita Campos (2012), citado por Cabanha e Rodrigues (2020), não é uniforme e pode se dar muitas vezes de forma gradual até que a pessoa, com idas e vindas, ocupe de forma permanente o espaço público da rua.

No Brasil, existe um aumento acelerado da população em situação de rua principalmente nestes últimos 50 anos, data em que o êxodo rural foi intensificado no país. Esta migração para a cidade marca uma ainda maior precarização das condições e ofertas de emprego, segundo Queiroz (2009), citado por OGG (2014).

Em um primeiro momento, na década de 1970, a industrialização demandava crescentemente mão-de-obra, o que favoreceu a vinda de um camponês já deslumbrado com o desenvolvimento da cidade (QUEIROZ 2009 apud OGG 2014). Porém, não muito tempo depois, já na década de 1980, a migração gerou um excedente de força produtiva em um cenário de reestruturação produtiva, em que as indústrias perderam força e necessitaram cortar gastos. A partir daí foi gerado “um contingente crescente e estarrecedor de trabalhadores empobrecidos devido à deterioração, desemprego, precarizações e flexibilizações das condições de trabalho” (QUEIROZ 2009, p. 18 apud OGG 2014, p. 35).

É relevante notar, como expressam Cabanha e Rodrigues (2020, p. 15), que o desconhecimento de um fenômeno como este que já é antigo e bastante relevante inclusive no Brasil não se dá por acaso. É “uma decisão intencional e, portanto, política” que vem sendo mantida, mas que também possibilita mudanças, mas também reflete que a situação continua desta maneira por interesses de grupos específicos.

3.1.2 Por quê utilizar “população em situação de rua”?

O presente estudo opta por chamar aqueles que fazem dos espaços públicos seu local de moradia como “população em situação de rua”. A escolha deste termo

ao invés de “morador de rua” tem seus motivos e sua importância política. Normalmente, utiliza-se “morador de rua” como algo pejorativo, como demonstra TARACHUQUE (2012), já que a expressão carrega consigo a ideia de alguém que está em conformidade com a situação em que se encontra e não sabe que possui direitos constitucionais a uma vida digna.

Aos olhos dos outros, o “morador de rua” é comumente um sujeito que é culpado por sua própria situação. É responsabilizado pela sua condição de pobreza extrema, o que é errôneo já que desconsidera todos os processos econômicos e estruturais atrelados a este fenômeno, como nota Esmeraldo Filho (2010), citado por Cabanha e Rodrigues (2020).

É necessário romper com este ideário que não é mantido apenas pela elite de nosso país, “mas também no senso comum, das classes dominadas ou classes populares, que reproduzem a ideologia construída pelas elites em relação ao desprezo à População em Situação de Rua” (TARACHUQUE, 2012, p. 20-21).

Já o termo “população em situação de rua”, de acordo com Ogg (2014, p. 19), “carrega o sentido de altivez, sujeito de direito e transformação, pois é utilizado por órgãos de representantes e assistências dessa população e por alguns espaços institucionais”. Tarachuque (2012), reforça a ideia de que esta população não tem seus direitos sociais mínimos atendidos, o que os coloca nesta situação que chama de limite em que lutam para sobreviver.

É também o termo adotado por entidades responsáveis pela representação desta população, como “Movimento Nacional da População em Situação de Rua”, que é um movimento social composto por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua (REIS, 2011 p. 33) e pela Pastoral do Povo de Rua, que é uma ONG (Organizações Não-Governamentais) vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)” (OGG, 2014, 19), o que valida ainda com mais força a nova terminologia.

3.1.3 O que define e caracteriza a população em situação de rua

Para começar a definição acerca da população em situação de rua, é necessário dizer que, de acordo com o decreto nacional nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, os indivíduos que a compõem são um “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a

inexistência de moradia convencional regular.” (BRASIL, 2009). Outros pontos em comum deste grupo tão diverso se dão:

Pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e área degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória (TARACHUQUE, 2012, p. 20-21)

As formas como normalmente conseguem se manter, em termos de fonte de renda, são sempre precárias e informais, e também se classifica como uma característica partilhada. Trabalhos como o de flanelinha, vigia de carros, catadores de lixo ou a mendicância são, em geral, os únicos trabalhos possíveis, já que oportunidades formais são negadas a este grupo mesmo quando eles possuem as competências para realizá-lo, dada a existência de preconceito por parte do resto da população e ausência de endereço fixo, como comenta Samuel Cabanha; Zoraide de Lima Soares Rodrigues (2020).

Dentre os que estão em situação de rua, encontram-se vários subgrupos que podem ser agrupados por características mais comuns. Em sua grande maioria, a população de rua é composta de homens, já que eles são 8 em cada 10 das pessoas em situação de rua, mas pode-se citar idosos, mulheres, crianças e jovens e famílias, cada um com suas particularidades em termos de motivação e hábitos/problemas.

Sobre os idosos ressalta-se de hábitos em comum o vício com álcool, autodeclaração de doenças e falta de qualquer fonte de renda. Algo peculiar comentado pelos autores, Samuel Cabanha e Zoraide de Lima Soares Rodrigues (2020), é que o envelhecimento se dá de forma acelerada nas ruas, mas estes indivíduos não o percebem.

Já sobre as mulheres, existem em comum as razões que as levaram para a situação de rua, sendo predominantes a “violência doméstica, dificuldade financeira e ou rompimento com vínculos sociais” (CABANHA; RODRIGUES, 2020, p. 20). Porém, não encontram ambiente mais agradável lá, pois a situação de rua “[...] se configura como um espaço masculino, que reproduz e dá continuidade ao modelo patriarcal” (ALVES, 2013 apud CABANHA; RODRIGUES, 2020), o que ocasionam situações de estupro, violência do tráfico, de gênero e policial, dificuldades de obter privacidade e diversas outras adversidades.

Em relação aos jovens e crianças, a fragilidade do ambiente familiar é o que muitas vezes os levam à situação de rua, pois entendem que ali terão liberdade e

independência. Porém, uma série de problemas típicos logo surgem, como a falta de espaço adequado para higiene, a dificuldade para se vestir de maneira apropriada e até a necessidade de conseguir comida.

Por último, cabe ressaltar o subgrupo das famílias, composto majoritariamente por mães solteiras e seus filhos, com alguns casos de pais, mães e filhos. As razões que os levaram para a rua são tão diversas quanto as já citadas, e este estudo se foca nestes indivíduos e suas necessidades que, como nos outros subgrupos, não conseguem suprimi-las dada a extrema pobreza advinda das circunstâncias em que se encontram.

3.1.4 Os Centros de Acolhimento para população em situação de rua

Existem basicamente dois diferentes tipos de centros especializados no acolhimento da população em situação de rua: o Centro POP e a Casa De Passagem, ambos podendo existir em um mesmo município. Dentre as diferenças, é preciso incluir o horário de funcionamento, já que o primeiro realiza suas atividades durante o dia e o segundo no período da noite ou por 24 horas, dependendo do município ou estado em que está localizado. Quanto aos serviços realizados, o Centro POP realiza “oficinas socioeducativas, encaminhamentos para a área da saúde e acompanhamentos sociais” (DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ, 2019, p. 5), além de oferecer almoço e banho enquanto a Casa De Passagem é focada em fornecer banho, jantar, dormitório e café da manhã.

É importante ressaltar que os centros de acolhimento possuem diversos problemas, nem sempre conseguindo disponibilizar vagas a todos os que têm necessidade e sofrendo de falta de equipamentos e espaços adequados para cumprir seu dever. Isto se torna especialmente grave quando pensamos nas necessidades das famílias, já que elas exigem cuidados mais complexos por serem formadas por um grupo de pessoas ao invés de um único indivíduo.

Ainda sobre as Casas de Passagem, devem ser um espaço que busca o fortalecimento de laços, sejam familiares, comunitários ou sociais, devendo estar inseridos em locais com grande fluxo de população em situação de rua. Difere dos demais centros, por ter o funcionamento ininterrupto e permitir a permanência por 36 (seis) meses, ainda que “sugere-se que este período não seja fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades

e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço. Esse processo deve ser construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia. este período não seja fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço” (MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - MPES, s.a, p. 6).

4 METODOLOGIA

4.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1.1 Quais políticas públicas já existem a nível nacional?

Antes de falar de políticas públicas criadas para atender as necessidades da população em situação de rua, uma discussão acerca deste conceito se faz necessária. Segundo o manual “Políticas Públicas: conceitos e práticas” (SEBRAE, 2008, p. 5), a política pública pode ser definida como: “um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”, englobando todas as ações, metas e planos em todos os níveis de governo que são direcionados a sociedade e ao interesse público. Ficam fora deste conceito, em alguns casos, as ações de política externa que são voltadas apenas para fora do Estado.

Nisto já podemos perceber que a responsabilidade de garantir o bem-estar do povo e dar assistência a população em situação de rua recai tanto sobre o governo federal quanto o estadual e municipal.

A mais importante política já existente a ser citada acerca de pessoas em situação de rua é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada em 2004. Ela tem o “objetivo de nortear as ações do governo, definindo estratégias, diretrizes, princípios e instrumentos para gestão das atividades sociais” (OGG, 2014, p. 38), além de auxiliar na construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O PNAS é uma política de diminuição e enfrentamento de desigualdades e tem como missão garantir a universalização dos direitos, além de facilitar formas de lidar com incidentes sociais. Alguns outros pontos que o PNAS (2004) coloca como objetivos são, segundo OGG (2014, p. 42):

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 34)

Sobre as instituições públicas estatais responsáveis pela realização de serviços de acolhimento temos uma para assistência básica: CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e uma para assuntos de média complexidade: o CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) (OGG, 2014, p. 38).

4.1.2 Normativas sobre a população em situação de rua

Diversas leis, decretos e portarias fazem alusão a maneiras de lidar e melhorar a vida de pessoas que estão em situação de rua, e tudo isto sem citar as simples “garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana e do direito à moradia já colocariam essa responsabilidade ao Estado” (CRUZ; GOMES, ANO, p. 3). Realizando um trabalho de compilação, aqui estão as mais significativas em ordem cronológica:

- 1988: Constituição Federal;
- 2005: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2003) – Lei nº 11.258, 30/12/05, altera o parágrafo único do art. 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua.” Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial;
- 2006: Decreto, de 25 de outubro de 2006, que constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua;
- 2006: Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006, do MDS – Cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua. Municípios com mais de 250 mil habitantes;
- 2009: Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- 2009: Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
- 2010: Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010 – que reúne orientações aos municípios e Distrito

Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

- 2010: Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências.
- 2012: Portaria 139/2012: Dispõe sobre parâmetros para o cofinanciamento federal para oferta de serviços socioassistenciais pelo Centro POP

Todas trazendo contribuições significativas para que o fenômeno da população em situação de rua seja abordado conhecendo-se suas especificidades, e adicionando diversos programas que trabalhem na saída deste indivíduo desta condição. As iniciativas mais importantes seguindo o propósito deste estudo foram as de fortalecimento das Casas de Passagem e o Centro Pop, por fornecerem um meio da população alterar a sua condição atual, e por isso serão abordados de maneira mais profunda logo a seguir.

4.1.3 Normas que orientam os centros no acolhimento de adultos e famílias

Existem normas gerais e específicas feitas para orientar os espaços, como as Casas de Passagem, em termos de estrutura, objetivos e melhores formas de realizar o acolhimento em conformidade com a necessidade desta população. Dentre os objetivos destes espaços temos como objetivos gerais:

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e

ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público. (Ministério da Cidadania, 2009, p. 46)

Já como objetivos específicos ligados diretamente a adultos e famílias podemos citar, também segundo o Ministério da Cidadania (2009), o estímulo do desenvolvimento de independência e a (re)capacitação profissional para que haja inserção no mercado de trabalho. Ou seja, todos estes pontos aqui citados auxiliam que o Serviço de Acolhimento Institucional, as Casas de Passagem ou ainda os Centros POP, forneçam um serviço que permita a população em situação de rua mudar ativamente sua condição, sem que sofram violação de seus direitos e consigam assim romper também os ciclos de violência familiar existentes.

É claro, vale dizer que estes objetivos não são facilmente alcançáveis. É necessário um espaço físico adequado, que envolve “endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences. Acessibilidade de acordo com as normas da ABNT” (Ministério da Cidadania, 2009, p. 47), além de materiais como computadores, telefones, utensílios de cozinha, limpeza e diversos outros.

Um pessoal qualificado também é essencial para que haja escuta qualificada e que a acolhida seja feita de maneira adequada. Afinal, os centros de acolhimento têm atividades diversas e complexas como a de orientação sociofamiliar, estímulo ao convívio social/familiar, mas também outras simples e necessárias como a orientação para o acesso à documentação pessoal (Ministério da Cidadania, 2009, p. 47).

4.2 ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS

4.2.1 Situação a nível Brasil

Infelizmente tem-se a impressão de que a população em situação de rua está crescendo nestes últimos tempos, especialmente com a pandemia do COVID-19, mas faltam comprovações estatísticas. Afinal, a invisibilização destes indivíduos não ocorre apenas nas esferas cotidianas em que praticamente não são vistos, mas também pelas esferas públicas que não possuem conhecimento o suficiente para a formulação de políticas públicas adequadas. Esta problemática é evidenciada na fala citada a seguir de Marco Natalino, pesquisador do Ipea, em uma entrevista à CNN (SATIE, 2021):

A invisibilidade social da população em situação de rua é reproduzida na incapacidade do Estado de contá-los, de pensar em suas necessidades. O número é um elemento de avaliação da demanda de uma política pública e tem que ser parte do processo dos serviços aos quais a população tem direito.

A nível Brasil, apenas em 2008 houve um censo demográfico que abordou esta população, e ainda assim o fez de forma parcial, já que foi realizado apenas em cidades com mais de 300 mil habitantes (excluindo Belo Horizonte, São Paulo e Recife). Nestes espaços quase 32 mil indivíduos se encontravam em situação de rua, como comenta (OGG, 2014, p. 23).

É claro, muitos são os problemas que impedem uma averiguação sólida da população em situação de rua, como a falta de uma metodologia consolidada que seja aplicada em todos estes levantamentos de forma unificada. Há também a escassez desses estudos, fora o fato de que são feitos de forma esporádica e sem consistência, como comenta o Senado Federal (2009, 17). A mobilidade desta população, por exemplo, é um dos fatores que leva o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pelo censo demográfico, a não alcançar um programa sólido e não incluir este grupo heterogêneo na medição de 2020.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para suprir esta lacuna de dados, buscou realizar uma estimativa da população em situação de rua a partir de dados do “Cadastro Único, do Censo Suas (Sistema Único de Assistência Social) e informações como tamanho da população, índice de vulnerabilidade social e o número de unidades públicas, atendimentos e vagas para acolhimento” (SATIE, 2021). Segundo estas fontes, Marco Natalino avalia que aproximadamente 222 mil pessoas se encontrariam em situação de rua, em 2020. Ou seja, o número deve ser ainda maior em decorrência da pandemia.

Cabe comentar que, de acordo com o Padre Julio Lancelotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, o número de mulheres com crianças e grupos familiares também vem se expandindo, ao menos naquele centro urbano (SATIE, 2021). Considerando esta impressão, um projeto arquitetônico voltado ao atendimento das famílias se torna cada vez mais relevante.

Dia a dia do morador de rua

Acesso à alimentação e serviços

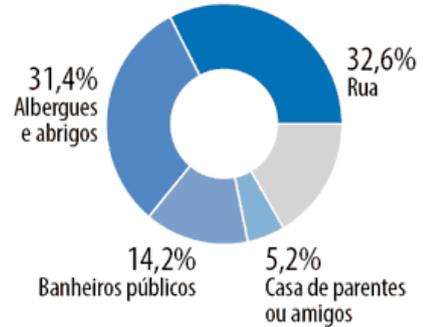
79,6%
Conseguem fazer
ao menos uma
refeição
por dia



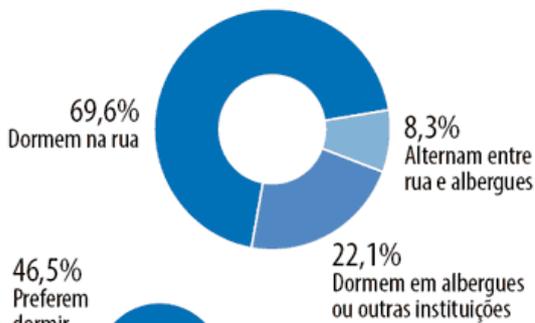
27,4%
Compram a
comida com
o próprio
dinheiro



Local usado para tomar banho



Local onde dormem



46,5%
Preferem
dormir
na rua



20,6%
Preferem dormir na rua pela
liberdade proporcionada



Local usado para necessidades fisiológicas

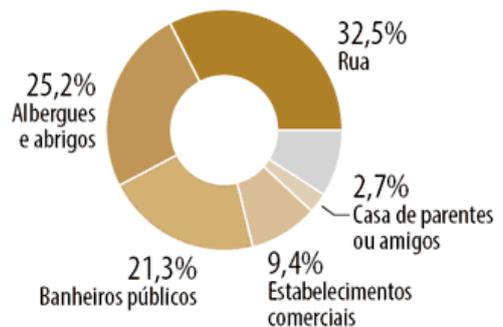


Figura 1- Gráficos do dia a dia de uma pessoa em situação de rua.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

4.2.2 Situação em Foz do Iguaçu

Para Foz do Iguaçu, uma publicação recente feita no ano de 2020 pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Foz do Iguaçu intitulado “Panorama municipal da população em situação de rua: boletim da vigilância socioassistencial” nos fornece dados reais e atualizados para entendermos as peculiaridades de nosso objeto de estudo neste local.

O objetivo do documento é justamente o de suprir a lacuna da falta de informação sobre o tema. Afinal, como Cabanha e Rodrigues (2020, p. 4) comentam “o município de Foz do Iguaçu não dispunha de pesquisas e ou de dados oficiais sistematizados através de um único documento que englobasse a população em situação de rua”.

Como fontes deste estudo temos espaços relevantes de assistência em Foz do Iguaçu que forneceram seus dados:

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, pelas (03) três casas de passagens instaladas no município, a saber: Casa De Passagem I – Mão Amiga; Casa De Passagem II; Casa De Passagem III - Albergue Noturno Lar Esperança, além de dados do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS. Os dados levantados através desses serviços foram confrontados com os dados gerais para essa população disponíveis na base de dados do Cadastro Único. Com base nessas informações, realizou-se um modelo generalizado, com diversas características da população em situação de rua que passaram pelas unidades citadas anteriormente e ou atendidos pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (CABANHA; RODRIGUES, 2020, p. 4)

Foz do Iguaçu tem ainda a peculiaridade de ser um município de faixa de fronteira trinacional, fazendo divisa com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), com grande movimento de pessoas, e isto é refletido diretamente no dinamismo urbano e nos fluxos de pessoas em situação de rua (CABANHA; RODRIGUES, 2020).

Um dos primeiros fenômenos que são facilitados por esta condição de faixa de fronteira é a passagem dos transeuntes chamados de *malabares* ou *trecheiros* que, por definição, são "indivíduos que perambulam pelas rodovias a pé, de cidade em cidade, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas" (NASCIMENTO, 2008, p. 23 apud CABANHA; RODRIGUES, 2020, p. 17). São indivíduos que demandam recursos da cidade em forma de serviços públicos de forma ocasional, já que utilizam o Centro Pop, por exemplo.

A partir deste exemplo é possível ver que cada indivíduo em situação de rua necessita de “serviços, programas, projetos e ações diferenciadas, que estejam mais próximas das suas realidades” (CABANHA; RODRIGUES, 2020, p. 30), pois cada um destes se encontra em situações de riscos e vulnerabilidade diferentes. Como os autores

continuam a pontuar, existem famílias que precisam apenas de orientação e apoio, enquanto outras necessitam de intervenções mais diretas, como o acolhimento temporário e acompanhamento individual. Nessa lógica, foi criado o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, cujo serviço é voltado para pessoas que têm a rua como referência e moradia, o qual busca a promoção da construção de novos projetos de vida e desenvolvimento de sociabilidades (CABANHA, p. 31).

Agora, partindo para alguns dados estatísticos acerca da população em situação de rua em Foz do Iguaçu, pode-se perceber a crescente em termos de volume de pessoas que procuraram o Centro POP de 2018 para 2019. Ressalta-se, novamente, que os números são referentes apenas aqueles que procuraram o serviço de forma espontânea ou foram encaminhados a partir de outros programas de assistência.

Os números de janeiro de 2019 são 67% maiores que os de janeiro de 2018, já que a quantidade de pessoas atendidas foi de 145 (2018) para 243 (2019), segundo dados do Boletim de Sociovigilância de 2020 (CABANHA; RODRIGUES, 2020). Ainda assim, nem todos que passaram pelo Centro POP estão com o Cadastro Único atualizado, pois apenas 134 pessoas ao todo o tinham. De uma forma ou de outra, Foz está “avançado na luta pela garantia de direitos e inclusão social das pessoas em situação de rua” segundo os autores Cabanha e Rodrigues (2020, p. 36-37).

MESES		Número de Pessoas em Situação de Rua	MESES	Número de Pessoas em Situação de Rua
2018	Janeiro de 2018	145	Julho de 2018	227
	Fevereiro de 2018	147	Agosto de 2018	198
	Março de 2018	180	Setembro de 2018	165
	Abril de 2018	168	Outubro de 2018	212
	Maio de 2018	186	Novembro de 2018	209
	Junho de 2018	179	Dezembro de 2018	204
2019	Janeiro de 2019	243	Julho de 2019	254
	Fevereiro de 2019	238	Agosto de 2019	265
	Março de 2019	216	Setembro de 2019	238
	Abril de 2019	232	Outubro de 2019	236
	Maio de 2019	241	Novembro de 2019	272
	Junho de 2019	224	Dezembro de 2019	270

Tabela 1 - Comparação entre o dimensionamento do volume de pessoas em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do Centro POP durante os anos de 2018 e 2019.

Fonte: Centro POP (Foz do Iguaçu).

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

MESES		Número de Pessoas em Situação de Rua (CADÚNICO)	MESES	Número de Pessoas em Situação de Rua (CADÚNICO)
2019	Janeiro de 2019	193	Julho de 2019	228
	Fevereiro de 2019	201	Agosto de 2019	235
	Março de 2019	209	Setembro de 2019	227
	Abril de 2019	208	Outubro de 2019	239
	Maio de 2019	212	Novembro de 2019	253
	Junho de 2018	221	Dezembro de 2018	270

Fonte: Divisão do Cadastro Único (Foz do Iguaçu)

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Tabela 2 - Dimensionamento do volume de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único no ano de 2019.

Fonte: Divisão do Cadastro Único (Foz do Iguaçu)

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Além do mais, a porcentagem de população masculina é compatível com a média nacional, sendo de 83%. A maioria desta, 63,3%, é jovem-adulta (tendo de 18 a 39 anos de idade). Dentre as mulheres, a porcentagem em relação a idade não varia muito considerando as faixas de 18 a 39 e 40 a 59. Com relação a cor de pele houve uma falta de respostas por não informação ou não identificação que totalizou 47% do total. Do restante, existe um maior número de pardos nas ruas (30,5%), seguidos por brancos (17,6%) e negros (4,9%) (CABANHA; RODRIGUES, 2020).

Categoria		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
Número total de passagens no mês		1050	1059	1011	1142	1056	1159	1207	1221	810	959	1196	1202	13.072	
Número de pessoas acolhidas no mês		243	238	216	232	241	224	254	265	238	236	272	270	2.929	
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	25	51	38	52	41	38	38	283	
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	1	2	1	2	9	6	7	29	
Perfil Etário/ Gênero	0-12	Masc.	5	4	6	5	2	2	3	1	1	2	8	7	46
		Fem.	3	3	4	4	5	4	5	2	1	6	7	2	46
	13-17	Masc.	2	-	-	1	-	1	1	1	-	-	2	-	8
		Fem.	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	1	5
	18-39	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	121	133	122	132	132	116	117	131	122	1.126
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	24	24	13	22	19	14	22	24	28	190
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	56	50	63	60	81	78	72	75	86	621
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	6	7	7	12	15	15	6	12	11	91
60 ou mais	Masc.	16	16	13	13	18	9	16	10	12	11	10	12	156	
	Fem.	-	1	2	1	1	3	3	3	1	-	3	1	19	
Perfil Raça-Cor	Branca	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	13	94	84	82	82	71	82	508	
	Indígena	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	2	2	2	-	-	1	1	8	
	Parda	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	29	120	163	140	137	159	149	897	
	Preta	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	8	16	15	15	17	35	28	134	
	NI - Não informado e/ou não se identifica	243	238	216	232	241	172	22	1	1	-	6	10	1382	
Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
	Feminino	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
Perfil Nacionalidade de	Brasileira	203	199	197	188	195	195	210	218	214	194	212	229	2.454	
	Argentina	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	19	13	25	18	4	14	19	11	123	
	Paraguaiá	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	6	3	1	3	3	4	2	5	27	
	Boliviana	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
	Venezuelana	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	9	2	10	15	7	11	19	18	91	
	Haitiana	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	4	-	1	-	1	-	-	7	
	Uruguaiá	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	4	3	1	6	3	3	-	-	20	
Outras	40	43	19	44	7	4	7	4	7	9	10	1	195		
Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
	18-39	Masc.	85	82	86	74	46	42	70	44	32	50	45	46	702
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	7	4	11	6	3	3	1	2	37
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	15	17	22	18	27	24	22	24	169
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	3	2	3	2	2	-	5	1	18
60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	3	2	2	1	-	2	3	4	17	
	Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Pessoas com doença ou transtorno mental	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	1	-	1	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	-	-	-	0	
	18-39	Masc.	13	13	11	6	4	3	2	3	5	14	13	17	104
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	1	1	0	4	4	2	7	20
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	2	1	7	7	11	9	37
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	1	-	-	1	-	-	2	3	7
60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	2	-	-	1	3	
	Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	-	-	-	-	1	-	1	1	3	

*S/D = Sem dados

Tabela 3 - Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do Centro POP durante o ano de 2019.

Fonte: Divisão do Cadastro Único (Foz do Iguaçu)

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Categoria		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL		
Número total de passagens no mês		36	11	11	4	18	6	19	7	9	32	20	16	189		
Número de pessoas acolhidas no mês		36	13	12	4	24	8	30	7	9	35	28	21	227		
Pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0		
Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC		S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0		
Perfil Etário/ Gênero	18-24	Masc.	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	1	5		
		Fem.	4	4	1	-	1	-	2	-	3	-	1	17		
	25-31	Masc.	-	2	-	-	-	1	-	1	1	1	-	-	6	
		Fem.	6	-	3	-	2	1	1	1	1	7	5	3	30	
	32-38	Masc.	-	-	1	-	-	1	-	1	2	-	3	-	8	
		Fem.	2	-	1	-	2	-	-	-	1	1	2	4	13	
	39-45	Masc.	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	
		Fem.	3	2	-	2	1	-	1	1	-	5	1	2	18	
	46-52	Masc.	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	6	
		Fem.	2	-	1	1	2	-	1	2	-	-	1	-	10	
53-59	Masc.	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4		
	Fem.	5	-	1	-	-	-	2	-	-	1	-	-	9		
Acima de 60 anos	Masc.	10	4	2	-	5	2	8	-	3	9	6	4	53		
	Fem.	1	-	2	-	1	1	2	-	-	1	2	3	13		
Perfil Raça-Cor	Branca	19	16	6	-	12	4	19	4	4	18	14	5	121		
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	7	8		
	Parda	19	6	9	9	8	1	8	3	2	18	20	17	120		
	Preta	10	5	2	1	-	3	5	1	3	1	6	6	43		
	NI - Não informado e/ou não se identifica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2		
Pessoa com Deficiência - PCD	Masculino	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
	Feminino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0		
Perfil Nacionalidade	Brasileira	35	8	11	9	6	6	23	7	8	24	27	29	193		
	Argentina	2	1	1	-	-	1	1	-	-	2	1	2	11		
	Paraguaiá	7	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	11		
	Boliviana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0		
	Venezuelana	3	4	4	-	-	-	4	-	1	10	10	-	36		
	Haitiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0		
	Uruguaiá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0		
	Outras	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	3		
Pessoas usuárias de CRACK ou outras drogas ilícitas	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
	13-17	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
	18-39	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
	40-59	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
	60 ou mais	Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
	Pessoas com doença ou transtorno mental	0-12	Masc.	S/D*	S/D*	0										
			Fem.	S/D*	S/D*	0										
13-17		Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
18-39		Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
40-59		Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
60 ou mais		Masc.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	
		Fem.	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	S/D*	0	

*S/D = Sem dados

Tabela 4 - Dimensionamento do volume de pessoas e caracterização da população em situação de rua a partir da leitura dos Registros Mensais de Atendimento da Casa de Passagem I (Mão Amiga). Casa de passagem no município de Foz do Iguaçu responsável pelo acolhimento de famílias.

Fonte: Divisão do Cadastro Único (Foz do Iguaçu)

Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

4.2.3 Visita de campo

Em janeiro e fevereiro de 2021 foram realizadas visitas à Casa De Passagem destinada ao acolhimento de famílias (CP1), com a finalidade de levantamento de dados para o trabalho. Até o presente momento da pesquisa, ela está funcionando em uma antiga escola no bairro Jardim São Paulo II, no município de Foz do Iguaçu.

O espaço foi adaptado para a recepção e acolhimento de famílias, entretanto, os quartos disponíveis não são grandes suficiente para uma permanência prolongada. Por se tratar originalmente de uma escola, muitos ambientes não possuíam ventilação ou luz natural.



Figura 2 - Área destinada para alguns dos quartos. **Fonte:** Autor, 2021

Os ambientes são divididos internamente a fim de maximizar o número de leitos, contudo, como é possível constatar na imagem acima, as janelas ficam voltadas para uma única fachada e conseqüentemente as pessoas instaladas mais aos fundos das habitações tem o conforto seriamente comprometido, em especial no verão.

Quanto à área de lazer, os residentes utilizam o pátio da escola e alguns espaços reservados para encontros e pequenas reuniões. A alimentação dá-se através de refeições prontas que são servidas periodicamente. Não há cozinha que esteja equipada para que os moradores possam preparar seus alimentos, mas há um espaço para realizar as refeições.



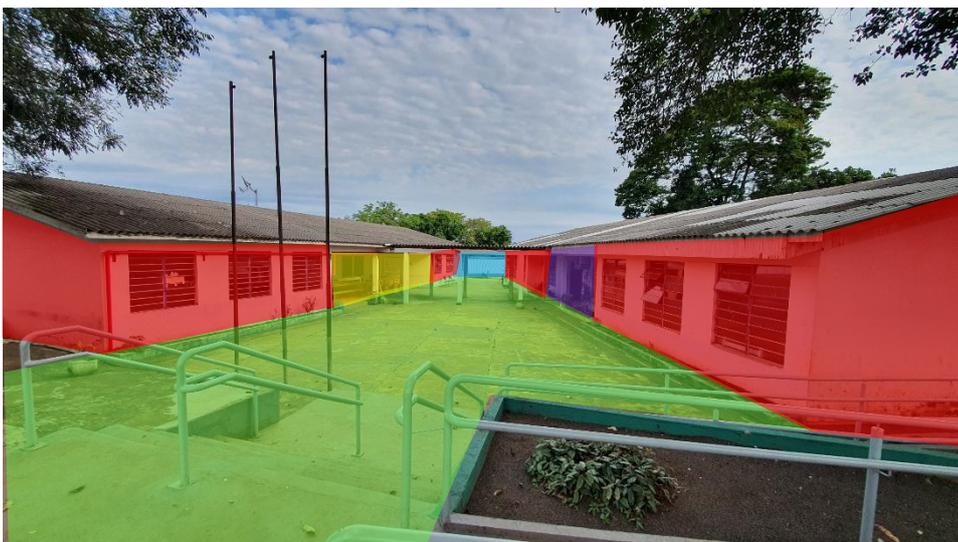
Figura 3 - Área destinada para realização das refeições. **Fonte:** Autor, 2021

A separação para o uso das antigas salas de aula, no geral, é bem designada, mas não apresenta uma setorização clara. Por exemplo, existem quartos instalados em todos os blocos. Alguns ficavam nos fundos do local de refeição, outros nos fundos das salas de atendimento e administração.



Figura 4 - Salas de administração. **Fonte:** Autor, 2021

Com intuito de solucionar estes problemas, durante as visitas de campo, o local estava em obras. Novos quartos estavam sendo construídos nos fundos da escola, que fica no nível inferior em relação à rua de acesso principal.



- Quartos
- Refeitório
- ADM
- Novos quartos
- Área comum

Figura 5 - Esquema de setorização. **Fonte:** Autor, 2021

5 PROPOSTA DE PROJETO

5.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área escolhida para o projeto encontra-se na região central da cidade. É um terreno de esquina que fica entre a Rua Bartolomeu de Gusmão e a Rua Tarobá.

No passado era usado como estacionamento provisório para uma antiga loja de departamento chamada Fouad Center. De acordo com relatos dos moradores este lote está abandonado há mais de 6 anos e tem sido usado como área de acampamento temporário por pessoas situação de rua desde então.

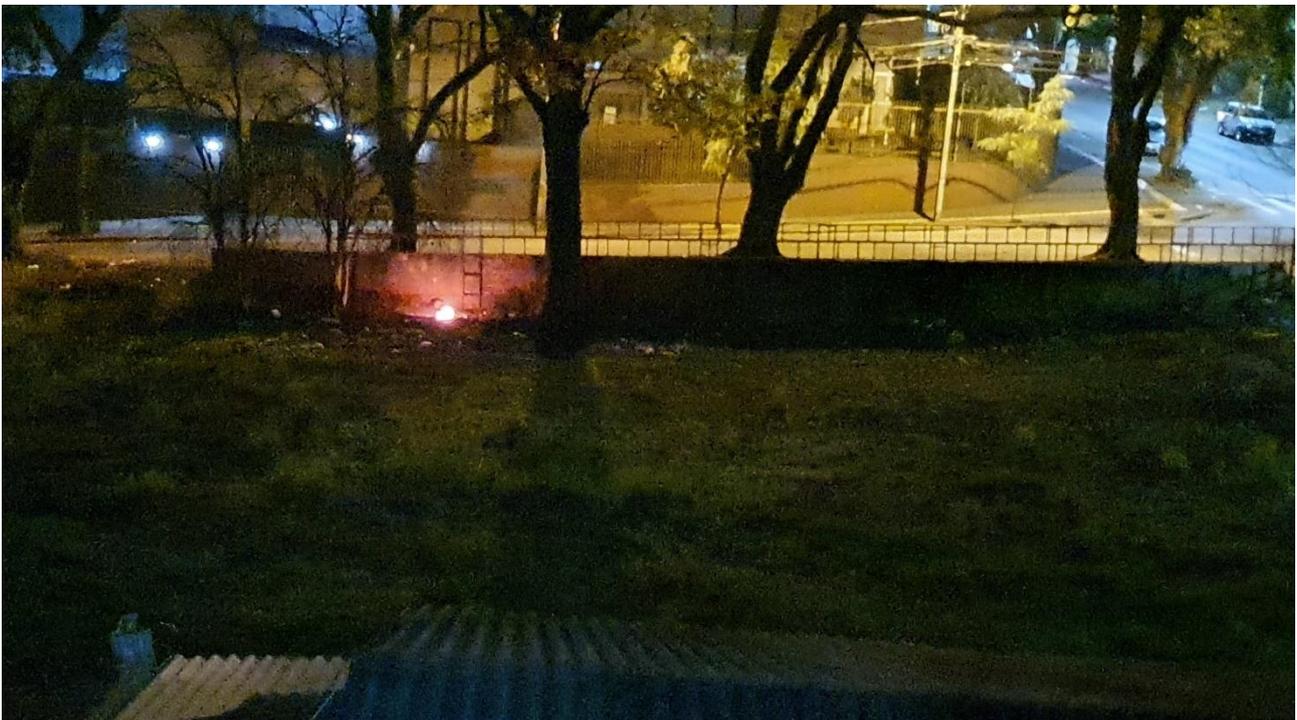


Figura 6 - Pessoa em situação de rua acampando no terreno. **Fonte:** Autor (2021)

Suas dimensões são 300m de comprimento por 447m de largura, com área total de 134.100m². Devido à sua antiga função, o local já foi aterrado e as curvas de nível originais já não existem mais.

Atualmente, a fachada voltada para a Rua Bartolomeu de Gusmão encontra-se aproximadamente elevada à 3m em relação à extremidade da fachada virada para a Rua Tarobá.

Para o projeto, propôs-se aproveitar este desnível pré-existente, alinhando,

deste modo, o pavimento de acesso principal da edificação (Pavimento 0) com a rua Bartolomeu e, ao mesmo tempo, criando um pavimento abaixo (Pavimento -1) destinado ao acesso de veículos, alinhado com a Rua Tarobá.

Levando em consideração os critérios e orientações para instalações de casas de passagem. Além da ampla área oferecida, este terreno foi escolhido principalmente devido à sua localização, que proporciona facilidade de acesso aos principais serviços, mercados e ofertas de emprego.



Figura 7 - Área de intervenção. Fonte: Autor (2021)

5.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

De acordo com Texto De Orientação Para O Reordenamento Do Serviço De Acolhimento Para População Adulta E Famílias Em Situação De Rua (MPES, 2015), uma Casa De Passagem deve atender aos seguintes requisitos para funcionamento:

Unidade	Quartos	Cozinha	Sala de Jantar/ Refeitório	Banheiro	Área de serviço	Sala para equipe técnica	Sala para coordenação e administrativo
Casa de Passagem	4 pessoas por quarto com espaço suficiente para acomodar camas e armários para guarda de pertences de forma individualizada	Espaço suficiente para a organização dos utensílios e preparação dos alimentos para o número de usuários.	Espaço equipado para acomodar os usuários a cada refeição. (este espaço também poderá ser utilizado para outras atividades)	Espaço com 1 lavatório, 1 sanitário e 1 chuveiro para até 10 pessoas. Ao menos um banheiro deve ser adaptado para Pessoa com Deficiência	Lavanderia equipada para lavar e secar roupas dos usuários e de uso comum do serviço.	Sala equipada para acomodação da equipe técnica do serviço e com estrutura para o desempenho do trabalho.	Sala com espaço e mobiliário suficiente para a acomodação da equipe administrativa e coordenação. (deve-se ter área reservada para guarda de prontuário, garantindo segurança e sigilo)

Figura 6 - Requisitos mínimos para funcionamento de casa de passagem. **Fonte:** Ministério Público do Estado do Espírito Santo (2015)

Além disso, também é orientado de que as instalações devem ser acolhedoras, inseridas em local onde haja concentração de pessoas em situação de rua, mas preferencialmente não isoladas. Devem evitar placas de identificação ou cartazes que anunciem o funcionamento da Casa De Passagem e o tempo máximo de permanência nestas instalações são de até 3 (três) meses (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2015).

Com base nestas informações e outros dados bibliográficos, chegou-se ao seguinte programa de necessidades:

PROGRAMA DE NECESSIDADES						
ESPAÇO	QTD	OCUPAÇÃO	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	MOBILIÁRIO	ÁREA	ÁREA TOTAL
Acolhimento						
Quarto (PCD)	2	2 pessoas	Quarto destinado a acolhimento temporário. Quarto adaptado para PCD	Cama, armário, mesa de apoio, cadeira	23,20 m ²	46,40 m ²
Quartos	7	4 pessoas	Quarto destinado a acolhimento temporário	Cama, armário, mesa de apoio, cadeira	24,58 m ²	172,06 m ²
Quartos	4	4 pessoas	Quarto destinado a acolhimento temporário	Cama, armário, mesa de apoio, cadeira	24,58 m ²	98,32 m ²
Sacadas quartos	14	-	Sacada para uso pessoal dos ocupantes do quarto	-	4,05 m ²	56,70 m ²
Sacadas quartos	8	-	Sacada para uso pessoal dos ocupantes do quarto	-	4,05 m ²	32,40 m ²
WC Quarto (PCD)	2	-	Banheiro para uso pessoal dos ocupantes do quarto. Banheiro adaptado para PCD	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho, armário, chuveiro	6,00 m ²	12,00 m ²
WC quartos	7	-	Banheiro para uso pessoal dos ocupantes do quarto	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho, armário, chuveiro	4,20 m ²	29,40 m ²
WC quartos	4	-	Banheiro para uso pessoal dos ocupantes do quarto	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho, armário, chuveiro	4,20 m ²	16,80 m ²

Administrativo						
Quarto de apoio para funcionários	1	1 pessoa	Quarto para utilização do funcionário de plantão	Camã, armário, mesa de apoio, cadeira, fogão, frigobar	17,61 m ²	17,61 m ²
Sala Administrativa	1	-	Sala para uso da diretoria e secretaria	Mesa de apoio, cadeira, armário	17,64 m ²	17,64 m ²
Sala de arquivos	1	-	Sala destinada ao armazenamento de arquivos gerais da recepção	Armário	1,85 m ²	1,85 m ²
Sala de funcionários	1	-	Sala equipada destinada a descanso, reuniões e intervalos dos funcionários	Mesa, bancos, armário, TV	8,93 m ²	8,93 m ²
WC ADM	1	-	Banheiro para uso dos funcionários administrativos	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho	4,20 m ²	4,20 m ²
WC quarto funcion.	1	-	Banheiro para uso pessoal do ocupante do quarto utilizado pelo funcionário de plantão	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho, armário, chuveiro	4,20 m ²	4,20 m ²
WC Sala de atendimento	1	-	Banheiro para uso dos funcionários da sala de atendimento	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho	2,00 m ²	2,00 m ²

Comunitário						
Área de convívio	-	-	Área de convívio coletivo. Equipada com cozinha para o preparo de alimentos, mesa para realizar refeições, TV, sofás, poltronas e livros para recreação	Sofás, TV, estante, mesa, cadeira, armário, bancada, fogão, pia, geladeiras	231,85 m ²	231,85 m ²
Banheiro PCD	1	-	Banheiro comunitário adaptado para PCD	Bacia sanitária, cuba, espelho, suporte de apoio	5,06 m ²	5,06 m ²
Depósito para moradores	1	-	Área com diversas baias para que os residentes possam depositar pertences que sejam muito grandes para serem armazenados nos quartos	Baias individuais	65,77 m ²	65,77 m ²
Lavanderia coletiva	1	-	Lavanderia para uso comum dos residentes	Bancada, tanque, bancada, armários, assentos, máquinas de lavar, máquinas de secar	20,70 m ²	20,70 m ²
Recepção	1	-	Recepção para atendimento dos residentes e	Sofás, balcão, cadeiras	37,40 m ²	37,40 m ²
Sala multiuso	1	-	Sala equipada para realização de cursos, aulas, reuniões e outras atividades	Bancada de apoio, cadeiras, mesas de estudo, armários, pia, espelho, quadro, TV	33,18 m ²	33,18 m ²
Solário	1	-	Área de lazer	Mesas e bancos	72,17 m ²	72,17 m ²
Saúde						
Consultório	1	2 pessoas	Sala para consultas com enfermeiros	Mesa de apoio, cadeira, armário	11,08 m ²	11,08 m ²
Enfermaria	1	-	Sala para acolhimento temporário de residentes e funcionários feridos ou doentes	Cuba, espelho, armário, macas, biombo	15,39 m ²	15,39 m ²

Serviços						
Abrigo de animais	1	-	Sala para armazenamento de documentação do abrigo, consulta, banho e tosa do animais	Tanque, bancada, mesa, armário, chuveiro	11,94 m ²	11,94 m ²
Baias	12	12 animais	Ambiente para acolhimento temporário de animais de pequeno e médio porte	-	1,13 m ²	13,50 m ²
Depósito de comida	1	-	Depósito para armazenamento de refeições prontas, resfriadas ou congeladas	Mesa de apoio, armário, freezer, geladeira	10,95 m ²	10,95 m ²
Depósito de lixo	1	-	Área para depósito temporário de material descartável	Recipientes para depósito de lixo	5,40 m ²	5,40 m ²
DML	1	-	Sala para armazenamento de material de limpeza	Tanque, armário	4,20 m ²	4,20 m ²
Laje técnica	1	-	Acesso às clarabóias, casa de máquinas e reservatório de água	-	395,52 m ²	395,52 m ²
Recepção do abrigo	1	-	Recepção para atendimento dos proprietários dos animais que estão no abrigo	Mesa, cadeira	4,82 m ²	4,82 m ²
Reservatório de água	1	-	Reservatório de água	-	37,09 m ²	37,09 m ²
Rouparia e lavanderia	1	-	Lavanderia para lavagem e armazenamento do enxoval e outros itens pertencentes ao edifício	Bancada, tanque, bancada, carrinho para enxoval, armários, assentos, máquina industrial para lavagem de enxoval	15,54 m ²	15,54 m ²
Sala de atendimento	1	-	Sala compartilhada entre assistente social e psicólogo para atendimento dos residentes	Mesa de apoio, cadeira, armário	6,24 m ²	6,24 m ²
Sala de manutenção	1	-	Sala equipada com ferramentas e material para a manutenção do edifício	Mesa, cadeira, bancada de apoio, bancada de trabalho, suporte para ferramentas, armário	15,60 m ²	15,60 m ²
Sala de máquina do elevador	1	-	Sala equipada com o maquinário do elevador	-	6,61 m ²	6,61 m ²
WC Abrigo	1	-	Banheiro para uso dos funcionários do abrigo de	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho	2,43 m ²	2,43 m ²
WC Consultório	1	-	Banheiro para uso dos funcionários do consultório	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho	1,99 m ²	1,99 m ²
WC Funcionários	1	-	Banheiro para uso dos funcionários	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho	1,90 m ²	1,90 m ²
WC Manut.	1	-	Banheiro para uso dos funcionários da manutenção	Bacia sanitária, bancada, cuba, espelho	2,52 m ²	2,52 m ²

Tabela 5 - Programa de necessidades. Fonte: Autor (2021)

5.3 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS

5.3.1 Pavimento -1

Localizado no nível da Rua Tarobá, com acesso pela fachada leste através de portão eletrônico, este andar está três metros abaixo da Rua Bartolomeu de Gusmão. Por ele é possível acessar o elevador e, pelas escadas, o Pavimento 0.

Estacionamento

O edifício possui seis vagas de estacionamento para uso de funcionários, fornecedores, carga e descarga ou visitantes.

Sala de manutenção

Sala projetada para armazenamento de ferramentas e materiais de reforma e manutenção. O espaço possui um banheiro próprio e está equipado com armários, bancadas e mesa de apoio para auxiliar no trabalho do funcionário encarregado.

Guarda volumes

Muitas pessoas em situação de rua, com o passar do tempo, acabam providenciando carrinhos, carroças e outros meios de transporte de objetos para facilitarem a sua locomoção cotidiana com todos seus pertences. Neste pavimento, encontra-se uma ampla área para armazenando destes e demais itens considerados grandes demais para serem levados aos quartos, através de depósitos individuais divididos com grades chaveadas para a segurança dos proprietários dos pertences ali depositados.

Lavanderia dos funcionários

O fornecimento, troca e limpeza dos enxovais, diferente das roupas das famílias que estão acolhidas no edifício, são de responsabilidade da Casa De Passagem. Para isso, há uma rouparia no Pavimento -1 equipada com tanque, armários para armazenamento, máquina de lavagem especial para enxovais e grandes peças têxteis e bancadas de apoio.

Abrigo para animais

Durante a pesquisa foram encontrados relatos de pessoas em situação de rua que por vezes se negam a utilizarem Casas de Passagem pelo motivo de muitas delas não aceitarem animais. Com intuito de solucionar essa demanda, no Pavimento -1 foi

projetado um abrigo para animais de estimação. O abrigo possui uma pequena recepção com banheiro próprio e conta com capacidade total de 12 baias para serem usadas por animais de pequeno e médio porte. Além disso, há um espaço designado para banho e tosa, mesa de apoio para eventuais exames e uma área externa aberta, localizada na fachada oeste, onde os animais poderão se exercitar, tomar sol e brincar.

Lavanderia coletiva

A limpeza dos quartos é de encargo das famílias que estão hospedadas, tal como a lavagem de suas roupas e outros pertences pessoais. Para suprir esta necessidade, no Pavimento -1 encontra-se uma lavanderia equipada com tanques, máquinas de lavar, máquinas de secar, bancada de apoio e armários para armazenamento de produtos de limpeza que serão fornecidos periodicamente. Na lavanderia, também há uma pequena área de descanso para que os usuários possam aguardar o fim de sua lavagem.

5.3.2 Pavimento 0

Localizado no nível da Rua Bartolomeu de Gusmão, a três metros acima da Rua Tarobá, com acesso pela fachada norte. Este é o andar principal do projeto. Nele está o acesso principal para pedestres e através dele é possível acessar o elevador e, pelas escadas, o Pavimento 1.

Recepção

Recepção equipada com balcão de apoio para atendentes e sofás. Através dela é possível acessar a Sala de atendimento, Consultório, Sala multiuso, Sala de funcionários e a Área de convívio.

Sala de Atendimento

Sala com banheiro próprio, mesa de apoio, cadeiras e armários. Tem seu uso revezado entre psicólogos, assistentes sociais e outros agentes públicos que prestam serviços periódicos.

Consultório

Sala com banheiro próprio, mesa de apoio, cadeiras e armários. Projetada para atendimento médico e consultas de agentes de saúde. É através dela que têm-se acesso à enfermaria.

Enfermaria

Sala equipada com pia, armários e duas macas. Espaço projetado para acolhimento momentâneo de indivíduos com ferimentos leves e casos não emergenciais que requeiram acompanhamento de enfermeiros ou agentes de saúde por curto período.

Sala de funcionários

Área de descanso para funcionários localizada aos fundos da recepção. O espaço foi projetado para ser de fácil acesso por funcionários que estejam tanto na área interna quanto externa do edifício. A sala conta com mesa, bancos, armários, televisor, banheiro e uma sala de arquivos, onde os documentos da recepção são armazenados.

Sala multiuso

Sala projetada com pia, bancada de apoio, mesas, cadeiras, quadro e TV. Espaço destinado a aulas, palestras, estudos e cursos ofertados tanto por iniciativa privada quanto pública.

A sala multiuso foi pensada para atender não somente os moradores do edifício, mas também a comunidade, mediante agendamento. Por isso ela pode ser acessada tanto pelo interior da construção quanto diretamente pela recepção, evitando que convidados tenham que adentrar o espaço privado dos residentes pra seu uso.

Departamento de Limpeza (DML)

Sala equipada com tanque e armários. Reservada para armazenamento de produtos de limpeza.

Depósito de comida

A maior parte dos alimentos oferecidos pelo programa já vem prontos para consumo. Para garantir o armazenamento adequado destas refeições, no Pavimento 0 encontra-se um Depósito de Comida equipado com armários, geladeira, freezer e uma mesa de apoio.

Área de convívio

Ambiente amplo, projetado em conceito aberto que pode ser dividido em quatro espaços principais que o integram:

- Área de TV, equipada com televisor e sofás.
- Área de leitura e descanso, equipada com sofás e estantes para disposição de livros, brinquedos e outros objetos de uso comum.
- Área de refeição, equipada com mesa, cadeiras e armário para armazenamento de copos, louça e talheres.
- Área de cozinha, equipada com dois fogões, duas pias, bancadas, estantes, duas geladeiras de uso coletivo e cadeiras.

Quartos adaptados

Neste andar encontram-se dois quartos que foram projetados para pessoas que utilizam cadeiras de rodas, com a capacidade reduzida para 2 ocupantes simultâneos. Contudo, na ausência de indivíduos com esta característica, o ambiente possui espaço suficiente para acomodar mais duas camas, aumentando assim a sua capacidade de ocupação para 4 pessoas por quarto.

5.3.3 Pavimento 1

Este é o andar onde se concentra a maior parte dos quartos destinados ao acolhimento.

Quartos de Acolhimento

De acordo com Texto De Orientação Para O Reordenamento Do Serviço De Acolhimento Para População Adulta E Famílias Em Situação De Rua (MPES, 2015), para funcionamento de uma Casa De Passagem, deve-se atender aos seguintes requisitos:

Quartos com capacidade para quatro pessoas, equipados com camas e armários para armazenamento de itens pessoais de forma individualizada. Lavatórios com uma bacia sanitária e um chuveiro para cada 10 pessoas e ao menos um dos banheiros deve ser adaptado.

Visando maior conforto e bem estar das famílias acolhidas, optou-se por acrescentar uma mesa de apoio, cadeiras e projetar um banheiro individual por família, que

se encontra no centro de cada habitação. Ao entrar no quarto, nota-se que logo à frente ao acesso, está a porta de do banheiro. esta configuração foi projetada para limitar propositadamente o campo de visão e, com isso, aprimorar a privacidade dos usuários sem a necessidade do uso de paredes, cortinas ou alternativas que criem bloqueios físicos. Além disso, todos os quartos localizados nos Pavimentos 1 e 2 possuem varandas para uso pessoal de seus ocupantes.

5.3.4 Pavimento 2

Neste andar, além dos quatro quartos destinados ao acolhimento, estão alocados a Sala Administrativa, um Quarto de Apoio para Funcionários e o Solário.

Sala Administrativa

Sala equipada com mesas, cadeiras e armários de arquivo. O espaço possui banheiro próprio.

Solário

Área aberta, equipada com flores, vasos, mesas e bancos. Espaço coletivo para contemplação e lazer, coberto por pergolado e separado do interior do edifício através de grandes portas e janelas de vidro, que podem ser abertas em dias de calor, para auxiliar a promoção da ventilação natural ou fechadas durante as épocas mais frias e dias de chuva, mantendo o calor interno da edificação, sem comprometer a incidência de luz natural e visibilidade.

Quarto de Apoio para Funcionários

Quarto dedicado ao funcionário de plantão. O espaço é equipado com banheiro, cama, mesa de apoio, cadeiras, armário e uma mini cozinha para uso individual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa presente neste trabalho mostrou-se uma colaboração substancial para o tópico, uma vez que pessoas em situação de rua não tem forte presença nas discussões e debates do cotidiano, dar visibilidade à essa parcela marginalizada da população faz-se necessário.

Apesar de haverem programas e outras entidades dispostos a ajudarem a população em situação de rua, a abrangência e o acompanhamento a longo prazo ainda se mostram ineficientes e insuficientes. Não basta prover um teto temporário em locais improvisados, onde o conforto e o respeito ficam para segundo plano. É necessário ir além, entender que as necessidades destas pessoas não se limitam a atender as demandas fisiológicas, mas também afetivas e emocionais; e compreender que o processo de reinserção à sociedade deve se iniciar em um ambiente acolhedor, projetado visando proteger e estimular a independência, dignidade e bem-estar de seus ocupantes.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

BELIZÁRIO, DERYCK MIRANDA . OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTITUIÇÃO GARANTIDORA DESSES DIREITOS. *De Jure*, p. 295-341, 12 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/211930633.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.. *Diário Oficial*, Brasília, 23 de dezembro de 2009, ano 2009. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 2 jan. 2021.

BRASIL. Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006. **Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei no 8.742**, de 07 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.sintese.com/norma_integra.asp?id=3989. Acesso em: 09 nov. 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a População em Situação de Rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério Da Saúde,2012

CABANHA, Samuel ; RODRIGUES, Zoraide de Lima Soares . Panorama municipal da população em situação de rua: boletim da vigilância socioassistencial. **Fundação Cultural de Foz do Iguaçu**, Foz do Iguaçu. 60 p, 2020.

CRUZ, A. I. A.; GOMES, G. F. M.. **A FUNÇÃO SOCIAL DA ARQUITETURA: ACOLHIMENTO PARA MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA**. 2018. 22 p Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Arquitetura e Urbanismo) -- Faculdades Integradas de Ourinhos - Fio/femm.. Disponível em: https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/02_06.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ. **Cartilha POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA CIDADANIA , DIREITOS E DIGNIDADE**. 2019. Disponível em: http://www.defensoriapublica.pr.def.br/arquivos/File/Cartilhas/POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf. Acesso em: 9 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2009. Disponível em: http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. Setembro, 2011

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Atendimento e Acolhimento Emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia da Covid-19: Informações e Recomendações.** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/Atendimento_e_Acolhimento_Emergencial.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **TEXTO DE ORIENTAÇÃO PARA O REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA.** Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES. 2015. 27 p. Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/fcd74bd2-b062-4b8b-b8bf-12caf78d9003.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2021.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Brasília, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho Português. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) / Nota Técnica n. 73 (Disoc):** : Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília, 2020 Monografia - Ipea. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em: 15 dez. 2021.

OGG, Helena D'ávila. **CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.** Curitiba, 2014 Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SATIE, Anna. **Mais mulheres e crianças engrossam população de rua, diz padre Julio Lancelotti.** CNN Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/especialistas-veem-aumento-de-populacao-de-rua-mas-nao-ha-dados-oficiais/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Coord.). Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. **SUAS e População em Situação de Rua**, Brasília, v. Volume 3, 2011. Gráfica e Editora Brasil LTDA. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

SILVA, MARINA CORRÊA GABRIEL DA. **ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS:** Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG. 2019 Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Fepesmig. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/1112>. Acesso em: 2 fev. 2021.

TARACHUQUE, Jorge. **Bioética E vulnerabilidade Da População em Situação De Rua.** Curitiba, 2012 Dissertação - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível

em: https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/P_PR_c910eaa5be4059c51886289079a556e3. Acesso em: 22 jan. 2021.